

ANEXO IV

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO EDITAL DO PROCESSO COMPETITIVO

1. O Processo Competitivo será regido pelas regras previstas no **Edital** e nos seus **Anexos**, e concebido de forma análoga às previsões legais relativas a concorrências públicas aplicadas a concessões, na forma de leilão, seguindo as previsões contidas na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995; Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 2.594, de 15 de maio de 1998; Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016; Decreto nº 2.444, de 30 de dezembro de 1997, e; subsidiariamente, pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas vigentes sobre a matéria.
2. Será realizada interação com a sociedade, antes da publicação do Edital, no âmbito de procedimento de **Sandbox Regulatório**, para que os interessados possam se manifestar sobre a minuta do Edital do Processo Competitivo, sob as regras previstas na Resolução nº 5.999, de 03 de novembro de 2022. Essa consulta social abrangerá exclusivamente os procedimentos a serem conduzidos pela ANTT quanto ao Processo Competitivo.
3. **O Edital será publicado após a prolação do Acórdão do Tribunal de Contas da União**, caso opine favoravelmente pela transferência de controle acionário da MSVia, nos termos da proposta apresentada pela Comissão de Solução Consensual, estabelecida na Portaria SEGECEX nº 37, de 08 de novembro de 2023, e ratificada pelo Termo de Autocomposição celebrado entre as Partes.
4. O leilão será realizado no prazo mínimo de **70 dias** após a publicação do Edital.
5. O **Edital** e seus anexos poderão ser obtidos no **sítio eletrônico da ANTT** [www.antt.gov.br].
6. O critério de julgamento da melhor proposta econômica será o de menor valor da tarifa de pedágio decorrente dos degraus tarifários, nos termos do art. 15, inciso I, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, com redação dada pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, pelo art. 34-A, § 2º, IV, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001. O recebimento das propostas e demais documentos necessários à participação no Processo Competitivo, assim como a abertura das propostas em sessão pública serão realizados na sede da B3 S.A., no endereço Rua XV de Novembro, 275, Centro, São Paulo/SP, nas datas estipuladas no Edital.
7. A Proposta Econômica Escrita deverá contemplar o Lance ofertado no Processo Competitivo, o qual poderá ser alterado em razão da realização da **Etapa de Viva-Voz**, nos termos deste Edital.
8. A disponibilização de **estudos, projetos e/ou outros documentos técnicos** referentes ao Sistema Rodoviário será realizada no sítio da ANTT ou mediante Peticionamento Eletrônico, sem prejuízo da edição de diretrizes de acesso complementares a serem editadas pela ANTT.
9. As informações, estudos, pesquisas, investigações, levantamentos, projetos, planilhas e demais documentos ou dados, relacionados ao Sistema Rodoviário, à sua exploração e as atividades da Concessionária, disponibilizados pela ANTT e pela MSVIA, foram realizados e obtidos para fins exclusivos de precificação da Concessão, **não apresentando, perante as potenciais Proponentes, qualquer caráter vinculativo** ou qualquer efeito do ponto de vista da responsabilidade do Poder Concedente e do atual controlador da MSVIA perante as Proponentes ou perante a futura Controladora.

10. Caso qualquer interessado necessite de **esclarecimentos complementares** sobre o Edital e a Minuta de Termo Aditivo, deverá solicitá-los à ANTT no prazo indicado no cronograma do Edital, por Peticionamento Eletrônico.
11. Todas as respostas da ANTT aos **pedidos de esclarecimentos constarão de ata**, que será parte integrante do Edital, e serão disponibilizadas no prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a entrega dos documentos do Processo Competitivo.
12. A MSVIA disponibilizará uma sala de dados virtual (**data room**), onde armazenará e compartilhará os arquivos e documentos básicos, conforme Anexo do Edital, para o processo de diligência prévia (**due diligence**), nos termos do cronograma editalício. Para ter acesso ao **data room** da Concessionária, deverá ser realizada habilitação prévia conforme definido no Edital.
13. Os documentos básicos, a serem definidos em Edital, deverão abarcar necessariamente:
 - I. Informações estatutárias
 - II. Dados financeiros e contábeis
 - III. Dados fiscais e comprovação de regularidade fiscal
 - IV. Dados de ativos físicos, imóveis e contratos correlatos
 - V. Informações de contratos em vigência relevantes ou com repercussão futura de seus efeitos, cujo critério será definido no Edital.
 - VI. Registros de propriedade intelectual
 - VII. Informações trabalhistas
 - VIII. Licenças e autorizações governamentais
 - IX. Questões ambientais
14. No caso de **informações confidenciais**, a MSVIA se responsabilizará em adotar os mecanismos de proteção de dados que entenderem mais adequados, tais como criptografia, marcas d'água, *blockchain* e outras.
15. Os interessados e seus consultores deverão assinar um termo de confidencialidade para ter acesso ao **data room**. Além das informações disponibilizadas no **data room**, os interessados poderão solicitar à MSVIA informações empresariais adicionais para avaliar os riscos da transação.
16. A MSVIA terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para fornecer as **informações adicionais** solicitadas. Caso se negue a fornecer os dados ou não o façam no prazo do Edital, a ANTT arbitrará a questão no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, por solicitação do interessado.
17. **Eventual impugnação ao Edital** deverá ser protocolada até 3 (três) dias úteis antes da data de início da Sessão Pública do Processo Competitivo.
18. A **Garantia da Proposta** deverá ser entregue na data prevista no **Edital** por meio de **Peticionamento Eletrônico**. A Garantia da Proposta poderá ser prestada em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
19. A análise dos **documentos de qualificação** (volume 3) será realizada juntamente com a análise da garantia de proposta (volume 1).
20. A **Proposta Econômica Escrita** deverá considerar o ressarcimento dos estudos da Infra S/A e com verificadores independentes durante o processo de relicitação.

21. Iniciada a Sessão Pública do Processo Competitivo, proceder-se-á à abertura da Proposta Econômica Escrita, contendo o Lance inicialmente ofertado, observando o Desconto sobre a Tarifa Básica de Pedágio. Proceder-se-á à **classificação preliminar** das Proponentes de acordo com as suas respectivas ofertas de **Desconto sobre a Tarifa Básica de Pedágio**, em ordem decrescente.
22. **A atual Controladora da MSVIA será considerado previamente habilitada** a participar da sessão pública de leilão, na fase de viva-voz, sem a necessidade de apresentação de documentação prévia. Não havendo Proponentes além da atual Controladora da MSVIA, o Processo Competitivo será encerrado, sendo essa declarada a vencedora.
23. O resultado do Processo Competitivo será submetido pela **Comissão de Processo Competitivo** à Diretoria da ANTT para **homologação**.
24. Após a publicação do ato de homologação, como **condição para a assinatura do Termo Aditivo**, a Adquirente deverá apresentar à ANTT:
- I. Garantia de Execução do Termo Aditivo ao Contrato;
 - II. minuta das alterações no estatuto social da SPE, que não deverá conter disposições que sejam contrárias a este Edital e ao Contrato, Termos Aditivos e seus respectivos Anexos;
 - III. comprovação de subscrição e integralização do capital social da SPE, nos termos indicados no **Edital**;
 - IV. apólices de seguro, na formado Termo Aditivo ao Contrato;
 - V. descrição da estrutura acionária e de gestão considerada para a SPE, contendo:
 - a) descrição dos tipos de ações;
 - b) identificação dos acionistas e suas respectivas participações por tipo de ação;
 - c) indicação da composição societária da Concessionária, conforme aplicável, e de suas Controladoras, conforme definido no Contrato, até o nível das pessoas físicas. Caso a nova Controladora da SPE seja fundo de participação em investimentos, o atendimento do presente item deverá considerar a existência de cotistas majoritários, ou de órgão e respectivos membros, com poder de influência para alterar o estatuto do fundo, detentores dos poderes análogos àqueles referidos na Lei nº 6.404/76, para fins de identificação do controlador;
 - d) cópia dos acordos de acionistas da SPE, quando aplicável;
 - e) identificação dos principais administradores, incluindo seus respectivos currículos;
 - f) compromisso com princípios de governança corporativa na gestão da SPE, conforme regulamentação específica;
 - g) declaração de conhecimento e compromisso com as normas federais e setoriais, bem como as melhores práticas, relativas à integridade, conformidade, ética, governança, gestão de riscos,

controles interno e externo (monitoramento, avaliação, auditoria e investigação), transparência na condução do Contrato;

h) identificação das Partes Relacionadas, conforme definido na Termo Aditivo, exceto para os fundos de investimentos.

- VI. ratificação de vínculo entre os Profissionais Qualificados e a Proponente;
- VII. termo de integridade devidamente assinado;
- VIII. Plano de Transição;
- IX. comprovante de pagamento da remuneração à B3 S.A. em valor determinado, atualizada pela variação positiva do IPCA apenas caso o pagamento seja efetuado pela Adquirente em data superior a 1 (um) ano da referida data-base;
- X. comprovante de pagamento de valores devidos à Infra S.A. em função de verificações, estudos e análises em face do processo de relicitação;
- XI. comprovante de depósito, na Conta de Aporte, do valor correspondente aos Recursos Vinculados ofertados no Lance vencedor, em caso de deságio superior a 18% (dezoito por cento).
- XII. declaração de conhecimento e responsabilidade pelos passivos em face da União, como as multas transitadas em julgado e as dívidas ativas inscritas pela União;
- XIII. declaração de conhecimento e responsabilidade pelos passivos trabalhistas e ambientais;
- XIV. assunção da dívida junto ao BNDES, por meio da assinatura de termo aditivo ao contrato de financiamento existente para a substituição do interveniente anuente deste contrato pelo novo adquirente, incluindo a reposição de garantias.
- XV. minuta de compra e venda do ativo.

25. Cumpridas as exigências constantes do item 24, a SPE será convocada pela ANTT para assinatura do **Termo Aditivo**.